Aula 4 – Dinâmica Demográfica e Redistribuição da População

MIOTO, Beatriz T, LINS, Hoyedo Nunes e MATTEI, Lauro. A realidade demográfica de Santa Catarina na virada do século XXI. MATTEI, Lauro, LINS, Hoyedo Nunes. **A socioencomia catarinense no início do século XXI,** Chapecó: Argus, 2010, p. 383-323.

A realidade demográfica de Santa Catarina na virada para o século XXI

Beatriz Tamaso Mioto
Hoyêdo Nunes Lins
Lauro Mattei

Introdução

A questão demográfica vem se transformando em um dos mais importantes temas do debate contemporâneo, tendo em vista os impactos que os movimentos populacionais geram sobre a dinâmica econômica, social e política das sociedades.

É o caso específico do Brasil no período do pós-guerra, dada a enorme alteração domiciliar da população em poucas décadas, ou seja, em menos de quarenta anos o País passou de uma sociedade majoritariamente rural para uma sociedade em que a grande maioria da população vive em cidades. Esse movimento intenso de deslocamento populacional, somado às contínuas expansões das taxas de crescimento, gerou uma situação demográfica de proporções preocupantes.

No estado de Santa Catarina, esse processo de mobilidade demográfica continuou intenso ainda na década de 1990, com impactos profundos na distribuição do conjunto da população, tanto em termos da situação domiciliar quanto em termos da conforma-

ção das cidades. Essa mobilidade levou muitos analistas a sustentarem a afirmação de que, em Santa Catarina, estaria ocorrendo uma "litoralização" da população, ou seja, a população estaria se concentrando cada vez mais nas áreas costeiras do litoral do estado.

De fato, as novas espacialidades que conformam a dinâmica populacional de Santa Catarina tornam o assunto bastante complexo. Além dos movimentos de maior distância, notados em todo o contexto nacional e vinculados principalmente ao processo de industrialização, o estado apresenta outras modalidades migratórias que devem ser observadas, como as migrações pendulares, sazonais, de curta distância etc. Neste estudo, todavia, serão observadas apenas as características mais gerais desse processo, vinculadas principalmente à dinâmica econômica das regiões, assunto que perpassa todos os demais artigos deste livro.

Este artigo está estruturado em quatro seções, além desta breve introdução. A primeira faz uma discussão teórica sobre os principais aspectos das migrações e do desenvolvimento regional, com o objetivo de explicitar o marco teórico analítico utilizado. A segunda seção apresenta um panorama geral da distribuição da população no território, utilizando-se dos principais indicadores demográficos disponíveis para sustentar a discussão específica sobre as migrações internas, tema central da terceira seção. A última seção apresenta as considerações finais, procurando ressaltar pontos relevantes sobre o futuro da questão demográfica em Santa Catarina.

Cabe ressaltar que as estimativas dos Saldos Migratórios (SM) apresentadas nas próximas seções são baseadas nos dados municipais do Censo demográfico de 2000 e da Contagem populacional de 2007 (Instituto Brasileiro..., 2007), bem como nas estatísticas de registro civil do período, disponíveis anualmente. Os dados municipais foram agregados por Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), que, juntamente com as grandes regiões do estado, servem de apoio para as análises gerais deste estudo.

Nota sobre a mobilidade espacial da população e sua relação com os processos econômicos

O tema das migrações está sendo discutido em diversas áreas das Ciências Sociais, em especial no âmbito da Economia. As principais linhas teóricas que tratam do assunto o consideram em um contexto amplo, muitas vezes ligado ao desenvolvimento econômico. Esse fenômeno, por sua vez, nunca se manifestou de forma homogênea no tempo e no espaço, seja no âmbito mundial, seja nos planos nacional e regional. Nesse sentido, a dimensão espacial tem papel fundamental, já que ela não é apenas palco das diversas mudanças, mas interfere nelas através de seus aspectos naturais, históricos, organizacionais etc.

Corrêa (1991) ressalta esse aspecto a partir da organização espacial. Para ele, essa organização é fruto da necessidade humana de intervir na natureza, ou seja, no espaço em que se vive. Essa relação apresenta um caráter social, também traduzido nas relações sociais de produção, sendo a organização espacial vinculada à produção e à reprodução do espaço através do trabalho social.

Como elemento da organização espacial, as migrações internas se mostram ligadas historicamente ao processo de industrialização e urbanização, perpassado por desigualdades socioespaciais

em diversas escalas. Para Singer (1998, p. 36), com efeito, "a criação de desigualdades regionais pode ser encarada como o motor principal das migrações internas que acompanham a industrialização capitalista".

Desse modo, quando se busca parte da explicação do fenômeno a partir da economia, deve-se, além de observar o fluxo migratório, analisar também as estruturas econômica e produtiva das regiões. Os processos de deslocamento populacional e de criação e recriação das desigualdades regionais são indissociáveis dessas estruturas.

Essa é, por exemplo, a opinião de Santos (2004, p. 306), para quem

> [...] o fenômeno das migrações aparece [...] estreitamente ligado ao da organização da economia e do espaço, vistos de um ponto de vista dinâmico. Essas migrações são uma resposta a situações de desequilíbrio permanente e contribuem para agravar esses desequilíbrios econômicos e espaciais, geralmente em favor de zonas já evoluídas.

Por esse prisma, a divisão social do trabalho exibe um papel fundamental, pois, além de estabelecer uma especialização entre campo e cidade, constitui uma divisão entre os núcleos urbanos. Surge, assim, uma divisão inter-regional do trabalho, capaz de determinar uma relação hierárquica que, muitas vezes, tem como consequência a "subjugação" do campo pela cidade e da periferia pelo centro.

Portanto, a existência de grandes desigualdades é o ponto central da discussão que busca estabelecer um diálogo entre as migrações internas e a economia regional. Essas desigualdades,

por sua vez, não aparecem de modo independente entre si, mas como uma consequência do processo histórico, que é fortemente vinculado ao desenvolvimento do sistema capitalista no tempo e no espaço.

O debate teórico específico sobre a migração interna ganhou força a partir da segunda metade do século XX, especialmente no âmbito da escola neoclássica. Nesse caso, o trabalho de Ravenstein (1885), intitulado *As Leis da Migração*, foi o principal ponto de partida para a discussão. Tais "leis", estabelecidas a partir do estudo do Censo Inglês de 1881, tinham como objetivo generalizar e caracterizar os fatores determinantes da migração, principalmente através de suas regularidades empíricas. Para Arango, Ravenstein apresenta três grandes contribuições teóricas:

> [...] la detección empírica de una serie de características relativas al proceso migratorio, el predominio otorgado a las motivaciones económicas en las migraciones y el uso, por vez primera, aunque de forma implícita, del marco analítico "atracción-repulsión". (Arango, 1985, p. 8).[1]

Essas contribuições obviamente influenciaram o debate teórico posterior. Mas se deve salientar que as diversas interpretações acerca das migrações refletem maneiras bastante distintas de olhar para o problema. As duas principais vertentes, tratadas a seguir (a neoclássica e a marxista), consideram a migração como

1 "[...] a detecção empírica de uma série de características referentes ao processo migratório, o predomínio concedido às motivações econômicas nas migrações e o uso, pela primeira vez, ainda que implicitamente, do marco analítico 'atração-repulsão'"

consequência das disparidades econômicas e indicam os fatores que "expulsam" e "atraem" os migrantes de cada região. Todavia, explicam o problema a partir de pressupostos totalmente diferentes.

A corrente neoclássica[2] sustenta que a migração é consequência de uma decisão individual, que ocorre a partir de uma análise de custo-benefício, em que o migrante escolhe partir de um lugar se o local de destino apresentar um diferencial de salário-renda positivo, ou seja, se esse deslocamento aumentar seu bem-estar. É uma análise que atribui ao fator psicológico do indivíduo a causa de seu deslocamento.

Unindo essa perspectiva com a noção básica da questão regional, os neoclássicos afirmam que as desigualdades inter-regionais são fruto dos diferenciais da remuneração dos fatores capital e trabalho entre as regiões. A partir da ideia teórica do Equilíbrio Geral, não é difícil deduzir que a migração é um mecanismo de ajuste entre os diferentes lugares e fatores de produção e que, quando a remuneração do fator trabalho for igual (eventualmente) em todas as regiões, o problema das desigualdades estará facilmente resolvido.

Olhando nessa mesma direção, mas com o foco no desenvolvimento econômico, Lewis (1954 apud Arango, 2003) considerou as migrações como um sintoma do processo de modernização capaz de modificar a produtividade dos setores da economia e, dessa forma, superar o atraso econômico. O autor parte do princípio de que existem dois setores: o setor moderno e o setor tradicional de subsistência. Com a expansão do primeiro, a mão de obra excedente

2 O trabalho clássico dessa vertente é o de Harris e Todaro (1980).

do segundo é atraída, sendo fator principal de atração o nível salarial mais alto no setor moderno. Como a mão de obra oriunda do setor tradicional é hipoteticamente ilimitada, e tem como única alternativa a migração, o setor moderno se expande sem que os salários aumentem. Nesse caso, as migrações consistem em condição prévia para o desenvolvimento, sendo permitido explorar o potencial de crescimento relacionado às desigualdades existentes entre os setores, com benefícios, nesse movimento, para ambos.

De forma distinta, as abordagens críticas que imperaram com mais força a partir da década de 1960 trataram a migração não do ponto de vista individual ou da equalização do fator trabalho entre as regiões. Tais abordagens, além de tratarem a migração como um fenômeno histórico-social, consideram-na dependente das relações de produção que conformam a sociedade capitalista.

Nas palavras de Singer (1998, p. 29):

> [...] como qualquer outro fenômeno social de grande significado na vida das nações, as migrações internas são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas. Encontrar, portanto, os limites da configuração histórica que dão sentido a um determinado fluxo migratório é o primeiro passo para o seu estudo.

Esse tipo de abordagem atribui à concentração espacial de atividades econômicas, em aglomerações urbanas, um aspecto central na decisiva articulação entre processos migratórios e a dinâmica da economia. O binômio (contraditório) industrialização-desindustrialização das regiões pertence de corpo inteiro à reflexão nesses termos. Esses aspectos da modernização capitalista, implicando

expansão da indústria e da urbanização, pressupõem, de fato, além da atividade industrial, a concentração de pessoas e serviços no espaço. Essa concentração subjaz aos processos de urbanização, entre cujos aspectos figura o estabelecimento de novas relações entre as áreas urbanas e rurais.

Esse é o cenário do aparecimento e da reprodução das desigualdades regionais, que condicionam e são condicionadas pela acumulação de capital. É importante lembrar que o quadro institucional e o Estado capitalista também são responsáveis pela concretização do processo de aglomeração, principalmente através de subsídios às atividades, fornecimento de infraestrutura, controle de preços dos alimentos etc. (Singer, 1998).

Se as desigualdades representam o motor das migrações, os fatores que causam esse tipo de movimento são os efetivos determinantes dos fluxos. Os fatores de expulsão definem as áreas de onde partem os fluxos, podendo se caracterizar como de mudança ou de estagnação. Para Singer (1998, p. 37), os primeiros

> [...] decorrem da introdução de relações de produção capitalista nestas áreas, a qual acarreta a expropriação dos camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego [...]

Já os fatores de estagnação

> [...] se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma [sic] pelos grandes proprietários.

Tais fatores de expulsão resultam de diferentes processos e a cada um deles se atribuem consequências distintas. Os fatores de mudança decorrem da industrialização do campo, que aumenta a produtividade do trabalho e expulsa a população desempregada das localidades envolvidas. Pode haver, em princípio, redução absoluta da população, pela migração massiva do meio rural para o meio urbano.

Os fatores de estagnação, por sua vez, derivam de um esgotamento da capacidade de os agricultores aumentarem a produtividade da terra. Devido a esses fatores, apenas parte da população migra – geralmente os mais jovens, ou seja, a população vinculada ao crescimento vegetativo –, o que resulta em estagnação da população ou em crescimento diminuto dela.

A partir do momento em que os fatores de expulsão atuam e determinam o movimento migratório, os fatores de atração impõem ao grupo social a direção tomada, isto é, o local de destino. O principal dos fatores que determinam o destino dos fluxos é a demanda por força de trabalho, percebida como oportunidade à obtenção de emprego pelo migrante nos vários setores da economia. Como se sabe, o fato de exigir essa oportunidade não significa, de forma alguma, a concretização do alcance do emprego. Na verdade, muitos migrantes acabam sendo marginalizados por não encontrarem a oportunidade esperada.

Para Singer (1998), essa marginalização não é fruto de um desequilíbrio entre a oferta e a demanda por trabalho que se resolverá ao longo do tempo ou, de acordo com a abordagem neoclássica, na teoria tradicional do emprego, por meio de uma desregulamentação dos contratos de trabalho capaz de deixar as forças de mercado de-

terminarem os preços dos salários, com alcance do pleno emprego. Esse fenômeno é inerente à industrialização capitalista, ou seja, é um resultado necessário à composição do exército industrial de reserva[3].

No capitalismo, portanto, não parece existir possibilidade de os fluxos migratórios serem totalmente absorvidos pelo mercado de trabalho. Isso aparentemente configura requisito imprescindível à manutenção do sistema. Mesmo assim, Paul Singer admite a existência de um "nexo causal" entre o desemprego tecnológico no campo – e o fluxo de migrantes decorrentes desse processo – e o aumento do emprego urbano, mesmo que não haja proporcionalidade entre eles. A causa principal é que a mecanização do campo faz com que essa região passe a demandar mais produtos oriundos das cidades, o que repercute em aumento da produção e, em princípio, em elevação do nível de emprego. No entanto, isso suscita, além do aumento da demanda por força de trabalho, o aprofundamento das desigualdades entre as duas esferas, a urbana e a rural.

Ainda em uma perspectiva crítica sobre a questão regional, Myrdal (1960) sustenta que, diferentemente do que consideram a teoria neoclássica do equilíbrio espacial e a abordagem sobre os polos de crescimento[4], localidades relativamente mais desenvolvidas tendem a drenar os recursos para si, em vez de só espraiar o desenvolvimento[5]. Isso culmina não apenas na manutenção das desigualdades, mas também na sua ampliação. A migração, juntamente com o movimento de capital e o comércio, é um fator que aumenta as desigualdades, pois desloca constantemente os recursos humanos e financeiros para as regiões, *a priori*, mais desenvolvidas. Nas palavras de Myrdal: "a principal idéia, que desejo veicular, é que o jogo das forças de mercado tende, em geral, a aumentar e não diminuir as desigualdades regionais." (1960, p. 51).

O autor fundamenta suas postulações se referindo ao processo por ele chamado de "causação circular acumulativa", o qual deriva, conceitualmente, de uma mudança "primária" em uma localidade[6]. Tal evento é capaz de estabelecer, territorialmente, um "círculo vicioso", quando o encadeamento é descendente, ou um "círculo virtuoso", quando se trata de ascensão regional.

Especificamente sobre as migrações, o autor destaca que

> [...] por si próprios, a migração, o movimento de capital e o comércio são antes, os meios pelos quais o processo acumulativo se desenvolve [...]. As localidades e regiões, onde a atividade

3 O conceito de exército industrial de reserva, elaborado por Marx, refere-se à existência de força de trabalho que está desempregada ou parcialmente empregada, resultante da acumulação capitalista. Apesar de a acumulação de capital depender do aumento do trabalho – apropriação de mais-valia –, os capitalistas podem recorrer à mecanização, o que substitui os trabalhadores por máquinas e, ao mesmo tempo, aumenta a produtividade.

4 Perroux (1967) tem como ideia principal os polos de crescimento e "indústrias motrizes". O autor sustenta que o desenvolvimento econômico é desigual e que ocorre em pontos específicos do espaço. No entanto, ao inserir uma "indústria motriz" em uma determinada região – um polo –, é possível propagar o desenvolvimento para tal região, uma vez que a empresa pode induzir o surgimento de "indústrias movidas" ao seu redor.

5 Cabe ressaltar que o autor pressupõe, em sua formulação teórica, que essas tendências são consideradas a partir do "jogo das forças de mercado" e que intervenções estatais poderiam modificar essa dinâmica.

6 O exemplo utilizado pelo autor é um incêndio em uma fábrica. A partir dele, por não ser possível reestabelecer a atividade, inicia-se um processo de desemprego, migração, diminuição da arrecadação tributária, dos serviços de atenção à sociedade etc.

> econômica está se expandindo, atrairão imigração em massa de outras partes do país. Como a migração é sempre seletiva, pelo menos com respeito ao fator idade, esse movimento por si só tenderá a favorecer as comunidades de rápido crescimento e prejudicar as outras. (Myrdal, 1960, p. 53).

Portanto, a análise que apresentaremos na sequência estará amparada no debate teórico do tema, assumindo-se que, de um modo geral, a concepção crítica sobre a migração interna, pautada na corrente marxista-estruturalista, é capaz de analisar o problema com mais profundidade, comparativamente às demais abordagens existentes.

Concentração populacional em Santa Catarina no período contemporâneo

Nas últimas décadas do século XX, Santa Catarina tem apresentado uma queda no ritmo de crescimento populacional, seguindo a tendência nacional, mas tendo como contrapartida um forte crescimento do seu grau de urbanização. Isso se deu particularmente após o esgotamento da ocupação da fronteira agrícola, o que colocou em debate a relevância dos movimentos populacionais internos, principalmente dos deslocamentos rural-urbano e urbano-urbano. A forte evasão da população rural pode ser evidenciada por meio das taxas anuais negativas de crescimento geométrico que persistiram nos últimos quarenta anos.

A tabela 1 mostra o crescimento da população urbana e rural do estado e o grau de urbanização de Santa Catarina entre 1970 e 2000.

Como se observa, o grau de urbanização passou de 42,98%, em 1970, para 78,72%, no ano de 2000. Isso significou uma forte diminuição da participação da população rural, influenciada em grande medida pelo processo de industrialização. As taxas negativas de crescimento da população rural também podem ser entendidas a partir desse processo, tomando-se como referência o período de 1991 a 2000 (com taxa de crescimento de -1,73%), que corresponde aos anos de reestruturação produtiva e patrimonial das empresas do estado[7].

Tabela 1 – População por situação de domicílio e grau de urbanização (1970-2000)

População residente	Ano			
	1970	1980	1991	2000
Urbana	1.247.158	2.154.250	3.208.537	4.217.763
Rural	1.654.502	1.474.042	1.333.457	1.140.100
Total	2.901.660	3.628.292	4.541.994	5.357.863
Grau de urbanização	**42,98%**	**59,37%**	**70,64%**	**78,72%**
Taxas de crescimento	**1970/1980**	**1980/1991**	**1991/2000**	**2000/2007**
Urbana	5,62	3,69	3,09	-
Rural	-1,15	-0,91	-1,73	-
Total	2,26	2,06	1,85	1,31

Fonte: Censo demográfico (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Outro indicador que mostra o nível de ocupação do território é a densidade demográfica (habitante por quilômetro quadrado). Na região Sul do País, Santa Catarina e Paraná apresentaram os maiores níveis de densidade do período (1960 a 2000). Entretanto, a partir

7 Aspectos já tratados neste livro. Vide, por exemplo, o terceiro artigo.

de 1991, o crescimento do indicador foi sensivelmente maior em Santa Catarina. Isso posicionou o estado como o de maior densidade demográfica da região, provando que ele sofre um forte processo de ocupação de seu território, seja pelo crescimento da população, seja pela forte migração inter-regional e interestadual[8]. A tabela 2 mostra a densidade demográfica dos estados da região Sul do País entre 1960 e 2000.

Tabela 2 – Densidade demográfica (hab/Km²) de região Sul do Brasil (1960-2000)

Ano	PR	SC	RG
1960	21,56	22,53	19,34
1970	35,11	30,75	23,98
1980	38,89	38,70	28,19
1991	42,37	47,63	32,43
2000	47,96	56,14	36,14

Fonte: Censo demográfico (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Na segunda metade do século XX, desenvolveu-se, portanto, não só um forte processo de desruralização/urbanização, mas também um movimento de concentração espacial da população em determinados centros urbanos. Isso quer dizer que, além de uma diminuição da população rural, observou-se uma distribuição espacial concentrada. Uma prova disso é que os dez maiores

8 Santa Catarina foi o único estado da região Sul do Brasil a apresentar saldos migratórios positivos entre 1991 e 2000. Isso fez do estado um polo de atração de população da própria região Sul e de outros estados do País, sendo os maiores receptores as regiões de Joinville e de Florianópolis.

municípios do estado respondiam, em 2007, por aproximadamente 40% da população total.

Para ilustrar melhor essa questão, a figura 1 mostra a participação da população das grandes regiões de Santa Catarina no total da população do estado. De um lado, tem-se o aumento da participação das regiões da Grande Florianópolis, norte e vale do Itajaí, ou seja, grande parte do litoral e do norte do estado. De outro lado, vê-se a diminuição da participação das regiões oeste, serrana e sul.

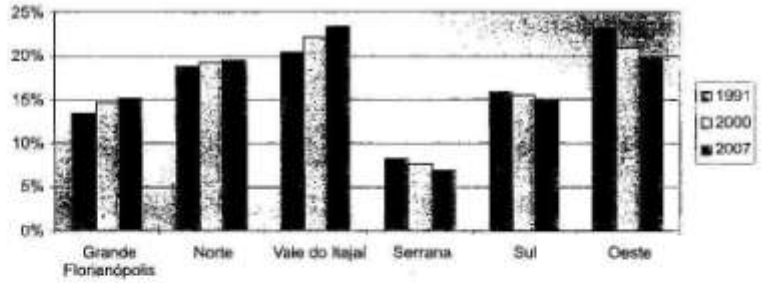

Figura1 – Participação das grandes regiões na população total de Santa Catarina (1991, 2000, 2007)

Fonte: Censo demográfico e Contagem populacional (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Essa distribuição populacional, por sua vez, também é um dos elementos marcantes da formação de grandes aglomerados urbanos ao redor dos municípios que constituem o eixo dinâmico da economia catarinense. Tal tendência pode ser percebida mesmo nos níveis territoriais menos agregados. Esse fato fica explícito quando se considera, por exemplo, o crescimento anual das Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs) do estado, conforme tabela 3.

Apenas sete das 36 SDRs existentes atualmente apresentaram aumento de sua participação no total da população do estado. Delas, as SDRs de Brusque, Timbó e Blumenau se encontram na grande região do vale do Itajaí; as de Jaraguá do Sul e de Joinville, no norte; a da Grande Florianópolis, no litoral. O crescimento dessas regiões confirma o perfil predominantemente urbano do estado, já que todas apresentam grau de urbanização acima de 80%.

É importante assinalar que, das sete SDRs que apresentam taxa de crescimento negativa, obviamente com diminuição na participação total do estado, seis se encontram na região oeste do estado (São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Dionísio Cerqueira, Quilombo, Joaçaba e Seara) e uma na região serrana (Campos Novos). Apesar de serem SDRs menos urbanizadas e perderem população – absoluta e relativa –, também é perceptível o aumento nos seus graus de urbanização.

Tabela 3 – Taxa anual de crescimento das SDRs e participação na população total (2000-2007)

(continua)

Secretaria de Desenvolvimento Regional	Taxa anual de crescimento geométrico da população (2000/2007)	Participação da população no total de SC (%)	
		2000	2007
SDR Brusque	3,05	2,86	3,22
SDR Itajaí	2,86	7,01	7,80
SDR Jaraguá do Sul	2,51	3,13	3,40
SDR Grande Florianópolis	1,97	13,52	14,15
SDR Joinville	1,75	9,90	10,21
SDR Timbó	1,68	2,02	2,07
SDR Blumenau	1,65	6,51	6,67
SDR Braço do Norte	1,32	1,04	1,04
SDR Rio do Sul	1,30	1,58	1,58

Tabela 3 – Taxa anual de crescimento das SDRs e participação na população total (2000-2007)

(conclusão)

Secretaria de Desenvolvimento Regional	Taxa anual de crescimento geométrico da população (2000/2007)	Participação da população no total de SC (%)	
		2000	2007
SDR Chapecó	1,28	3,54	3,54
SDR Ibirama	1,15	1,20	1,18
SDR Criciúma	1,09	6,44	6,34
SDR Mafra	0,87	3,90	3,79
SDR Tubarão	0,76	2,84	2,74
SDR Maravilha	0,75	1,30	1,25
SDR Araranguá	0,73	2,99	2,87
SDR Videira	0,72	1,79	1,72
SDR Caçador	0,69	1,80	1,72
SDR Laguna	0,67	2,16	2,07
SDR Itapiranga	0,56	0,65	0,62
SDR Curitibanos	0,51	1,15	1,09
SDR São Joaquim	0,51	0,93	0,88
SDR Taió	0,49	1,00	0,95
SDR Xanxerê	0,43	2,49	2,35
SDR Palmitos	0,42	1,19	1,11
SDR Concórdia	0,41	1,68	1,58
SDR Canoinhas	0,39	2,30	2,15
SDR Ituporanga	0,33	1,15	1,07
SDR Lages	0,13	4,43	4,08
SDR São Lourenço do Oeste	-0,01	0,84	0,77
SDR São Miguel do Oeste	-0,02	1,22	1,11
SDR Dionísio Cerqueira	-0,07	0,94	0,86
SDR Campos Novos	-0,13	1,01	0,91
SDR Seara	-0,16	0,90	0,81
SDR Joaçaba	-0,36	2,17	1,93
SDR Quilombo	-0,55	0,42	0,37

Fonte: Censo demográfico e Contagem populacional (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Em Santa Catarina, por conseguinte, as aglomerações urbanas mais representativas (Florianópolis, Joinville, Blumenau e

Itajaí) estão próximas entre si e envoltas por municípios periféricos dependentes de suas dinâmicas. Outras SDRs que representam polos sub-regionais são as de Chapecó, que manteve constante sua participação durante o período, e de Criciúma, que apresentou uma pequena queda em sua participação no conjunto do estado. Chapecó, especificamente, como se verá mais adiante, é um espaço de atração de população no oeste do estado, sendo responsável por absorver parte da população migrante que poderia se dirigir à faixa litorânea do estado.

Outro olhar sobre a distribuição da população se refere à trajetória dos estratos de tamanho populacional das cidades, representada na tabela 4. O que se destaca em relação a esse aspecto é que, entre os anos de 1991 e 2000, os estratos que tiveram maior crescimento foram os de municípios de 300.001 a 500.000 habitantes e os de 1.000 a 2.000 habitantes. O primeiro caso é explicado pelo crescimento e pela concentração da população nos municípios de Joinville e Florianópolis (capital que atingiu os 300 mil habitantes após 1991), enquanto o segundo se explica pela criação de vários municípios[9].

Já no período entre 2000 e 2007, os estratos que mais cresceram foram os dos municípios entre 50.001 e 100.000 habitantes e, novamente, daqueles entre 1.000 e 2.000 habitantes. O crescimento do número de municípios de menor estrato se deve principalmente às perdas populacionais sofridas em alguns que apresentavam

9 Em 1991, Santa Catarina tinha 197 municípios, um número que em 2007 atingira 293 (aumento de 48,7%). Isso significa que neste período foram criados 96 novos municípios.

população entre 2.001 e 5.000 habitantes, no início do período, e passaram para menos de 2.000, em 2007.

Tabela 4 – Distribuição espacial da população nos municípios, segundo estratos de habitantes (1991-2000-2007)

Intervalo	Número de municípios			% de habitantes			Taxa de crescimento geométrico % a		
	1991	2000	2007	1991	2000	2007	91/00	00/07	91/07
300.001 a 500.000	1	2	2	7,64	14,41	15,06	9,29	1,95	6,01
100.001 a 300.000	7	8	8	25,26	23,69	24,16	1,13	1,50	1,33
50.001 a 100.000	8	9	16	11,47	10,97	17,44	1,35	8,24	4,31
20.001 a 50.000	34	31	30	23,56	18,93	15,01	-0,60	-2,00	-1,21
10.001 a 20.000	56	61	61	17,34	15,63	14,16	0,68	-0,12	0,33
5.001 a 10.000	66	76	67	11,02	10,11	8,30	0,88	-1,51	-0,17
2.001 a 5.000	43	96	97	3,62	5,98	5,51	7,68	0,13	4,31
1.000 a 2.000	2	8	12	0,04	0,27	0,36	26,05	5,62	16,67

Fonte: Censo demográfico (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O crescimento dos municípios entre 50.001 e 100.000 habitantes reforça a ideia da formação de maiores aglomerados urbanos, já que a maioria dos que atingiram esse estrato no período pertencem às SDRs que apresentam maior participação na população do estado. É o caso de Camboriú e Navegantes, na SDR de Itajaí; Içara, na SDR de Criciúma; Biguaçu, na SDR da Grande Florianópolis; Gaspar, na SDR de Blumenau.

Outra questão que merece destaque é o fato de que os principais municípios da Grande Florianópolis (Florianópolis, São José e Palhoça) estão entre os dez maiores do estado, sendo a taxa média de crescimento da respectiva SDR de 1,97%, enquanto a média do estado se situa na faixa de 1,31%. Nesse caso, parece se confirmar a tendência de metropolização da região da Grande Florianópolis.

Esse aspecto já havia sido ressaltado no documento elaborado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) e pela Unicamp sobre a dinâmica demográfica da região Sul nos anos 1970 e 1980:

> [...] confirmando-se o processo de disseminação de novas metrópoles e de expansão das áreas de abrangência de sua polarização, é necessário considerar, ainda, que na Região Sul o processo de metropolização já ultrapassa as regiões metropolitanas oficiais [...]. Espaços com características nitidamente pré-metropolitanas já são perceptíveis, como é o caso do aglomerado urbano de Florianópolis [...]. Esse conjunto [Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu e Santo Amaro da Imperatriz] forma o maior aglomerado populacional do estado, polarizado pela capital político-administrativa e principal centro de serviços, com vetores que demonstram a tendência de crescimento em direção aos demais municípios da região. Concorrente com os aglomerados de Joinville, Itajaí e Blumenau, Florianópolis já compõe com eles importante vetor de ocupação econômica do eixo leste do estado, no corredor da economia nacional com o sul. (Instituto Paranaense..., 1997, p. 68).

Tendo em vista o que se abordou até agora, pode-se dizer que o processo dinâmico que configurou a distribuição da população catarinense no território apresentou várias facetas. Parte delas está ligada à diminuição do ritmo de crescimento da população, à desruralização/urbanização do estado, aos fluxos migratórios externos e à concentração espacial da população. Mas também surgiram novas espacialidades, como o processo de metropolização da região da Grande Florianópolis e a consolidação dos aglomerados urbanos de Joinville, Blumenau e Itajaí.

Nesse sentido, os movimentos migratórios internos ganham importância no debate sobre a dinâmica populacional, já que, mesmo com certa desconcentração territorial das atividades, a tendência de concentração da população no eixo leste, o litorâneo, é evidente. Nessa perspectiva, a seção seguinte tem como objetivo principal discutir os movimentos migratórios internos na escala das SDRs e estabelecer paralelos entre esse processo e a tendência da concentração espacial da população em Santa Catarina.

Migrações internas em Santa Catarina

Esta seção discute os deslocamentos populacionais no estado entre os anos de 2000 e 2007, tendo como foco principal a análise tanto das regiões que expulsaram população quanto das que se tornaram receptoras não apenas de fluxos internos, mas também de fluxos originados em outras regiões. As regiões oeste e serrana são as que apresentam maior perda populacional e as regiões da Grande Florianópolis, do vale do Itajaí e norte são as que têm recebido grande parte dessa evasão.

Com o objetivo de apresentar dados mais recentes (correspondentes a 2007), capazes de estimar as migrações internas em Santa Catarina, optou-se por fazer uma mensuração indireta da migração, já que a construção de uma matriz migratória mais precisa estaria restrita ao intervalo entre os censos de 1991 e 2000. A mensuração indireta é capaz de mostrar o Saldo Migratório (SM) de cada município ou região, ou seja, indicar quantas pessoas imigraram para ou emigraram de cada localidade – o que se traduz

na contribuição da migração ao crescimento populacional. Como derivação, obtém-se também a Taxa Líquida de Migração (TLM), que é igual ao SM dividido pelo total da população, ou seja, a percentagem correspondente à população migrante.

Cabe ressaltar que o cálculo do SM a partir desses dados não permite saber a origem e o destino precisos de cada indivíduo, nem descontar as migrações externas ao estado. Esses problemas metodológicos seriam resolvidos com a comparação intercensitária para um período censitário integral, como seria o caso dos censos de 2000 e de 2010. No entanto, apesar desses limites, a mensuração indireta aqui realizada permite captar as determinações mais gerais da dinâmica migratória do estado.

Regiões onde imperam os fatores de expulsão

Em termos absolutos, a região oeste foi a que mais perdeu população no período considerado, conforme tabela 5. Em grande parte, essa forte evasão está ligada à falta de perspectiva dos habitantes, principalmente daqueles envolvidos com as pequenas propriedades agrícolas familiares.

Tabela 5 – Saldos Migratórios e Taxas Líquidas de Migração das SDRs da região oeste (2007)

Oeste	População 2007	SM	TLM (%)
SDR Caçador	100.914	-5.401	-5,35
SDR Chapecó	207.486	3.758	1,81
SDR Concórdia	92.559	-3.023	-3,27
SDR Seara	47.410	-3.242	-6,84
SDR Itupiranga	36.436	-775	-2,13
SDR Joaçaba	113.489	-10.908	-9,61
SDR Maravilha	73.228	-715	-0,98
SDR Palmitos	65.372	-1.105	-1,69
SDR Quilombo	21.875	-2.337	-10,68
SDR São Lourenço do Oeste	45.052	-4.199	-9,32
SDR São Miguel do Oeste	65.083	-3.515	-5,40
SDR Videira	100.936	-3.658	-3,62
SDR Xanxerê	137.583	-6.938	-5,04
SDR Dionísio Cerqueira	50.335	-3.999	-7,94
Total	1.157.758	-46057	-3,98

Fonte: Censos demográficos e Estatísticas do Registro Civil (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Os dados evidenciam essa situação em praticamente toda a região oeste, uma vez que apenas a SDR de Chapecó apresenta SM positivo e TLM maior que a média do estado (1,31%). Isso poderia colocar a SDR como um polo sub-regional de atração dos migrantes, impelidos a se deslocar em sua direção. No entanto, ao analisar o comportamento populacional dos municípios dessa SDR, nota-se que apenas o município de Chapecó apresenta SM positivo relevante, o que mostra que essa função é exercida por somente um município de forte centralidade em relação a toda a região. Esse aspecto fica evidenciado pelo grau de urbanização de

Chapecó, que é de 92%, enquanto a média da região é de 57% – a menor do estado.

Esses percentuais, na verdade, parecem revelar a grande importância que as transformações na estrutura produtiva da região tiveram para a contínua expulsão de população. A relação de integração estabelecida entre as grandes agroindústrias e os pequenos produtores, pautada em marcada modernização e em rede de fornecimento de insumos por parte dessas agroindústrias, criou vínculo de subordinação que obrigou os produtores que não se adaptaram a encontrar outros meios de vida. A migração para outras cidades, ou até mesmo para outros estados, representou tipo de iniciativa em busca de tais meios.

Outros aspectos que agravaram o problema dos pequenos produtores foram a restrição da política de crédito agrícola, a diminuição da rentabilidade dos produtos tipicamente cultivados pela agricultura familiar e a ocorrência de atividades, em outros locais, que exercem efeitos de atração sobre a população de trabalhadores rurais (Alves, 2006).

Nesses espaços, portanto, estão presentes vários fatores de expulsão, associados, muitas vezes, aos chamados "fatores de modernização agroindustrial" que, ao mesmo tempo que dinamizam a economia regional (com relevância também em nível estadual e nacional) e aumentam sua produtividade, dão origem a uma grande massa de migrantes. Ela resulta do enxugamento dos postos de trabalho ou da falta de condições para sustentar sua produção ou para se integrar às agroindústrias.

Em síntese, pode-se dizer que, nessa região, não há alternativas de permanência para essa população, ao mesmo tempo que

a cidade que é o polo regional (Chapecó) absorve uma massa de migrantes em quantidades bem menores que a gerada em toda a região, em especial no extremo oeste do estado. Em função disso, e considerando a dinâmica populacional de conjunto anteriormente examinada, é legítimo considerar que grande parte desse fluxo migrante se dirige à franja leste do estado catarinense.

A região serrana, por sua vez, é a que apresenta maior perda relativa de população no estado, conforme mostra a tabela 6. O importante a destacar nesse caso é que a SDR de Lages, com o maior grau de urbanização (86%, contra uma média do estado da ordem de 74%) e a maior população da região, não se apresenta como um polo sub-regional, o que é observado no caso de Chapecó.

O município de Lages, que aparece historicamente como o de maior dinamismo na região, é o que mais perde população em termos absolutos no estado. São ainda mais gritantes a TLM de -22,52% no município de Correia Pinto e a de -19,48% em Anita Garibaldi. Os únicos municípios com saldos migratórios positivos em toda a região são Capão Alto e Otacílio Costa, locais onde está sediada a empresa Klabin[10]. A falta de perspectivas em toda a região desencadeou um fluxo migratório constante, que parece ter aumentado nos últimos anos.

10 A Klabin é uma empresa do ramo de papel e celulose com unidades fabris, em Santa Catarina, nos municípios de Lages e Otacílio Costa.

Tabela 6 – Saldos Migratórios e Taxas Líquidas de Migração das SDRs da região serrana (2007)

Serrana	População 2007	SM	TLM (%)
SDR Campos Novos	53.597	-5.167	-9,64
SDR Curitibanos	63.809	-3.906	-6,12
SDR Lages	239.443	-13.268	-5,54
SDR São Joaquim	51.903	-2.071	-3,99
Total	408.752	-24.412	-5,97

Fonte: Censo demográfico e Estatísticas do Registro Civil (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Uma reflexão possível sobre a saída da população da região serrana é a que detecta seus fatores de expulsão como predominantemente ligados a fatores de estagnação, conforme a formulação de Singer (1998), assinalada anteriormente. Trata-se da região com o maior nível de concentração de terras do estado e com uma economia em declínio há várias décadas, especialmente após o fim do ciclo madeireiro.

Mesmo a expansão relativamente recente da indústria de papel e celulose não tem sido capaz de dinamizar a economia regional. Essa indústria emprega pouca força de trabalho e se baseia em grandes extensões de terra para o reflorestamento, obstaculizando alternativas de ocupação para os produtores. Além disso, os municípios que têm como alicerce econômico as atividades agrícolas e a fruticultura em pequenas propriedades não apresentaram perspectivas para a população, impelindo principalmente a população jovem a dar continuidade ao movimento migratório, com destino às áreas litorâneas do estado.

Por outro lado, a modernização da indústria papeleira – à imagem do que ocorreu nas agroindústrias – teve impactos diretos na redução da capacidade de gerar postos de trabalho de natureza essencialmente urbana. Esse processo pode também ser vinculado aos fatores de modernização.

Por fim, outra questão que perpassa ambas as regiões expulsoras de população é o fato de que diversos municípios criados após 1992 apresentaram grandes Taxas Líquidas de Migração. Esse aspecto coloca em xeque os objetivos das emancipações ocorridas, pois, segundo estudo do Iparde (Instituto Paranaense..., 1997), o problema se apresenta da seguinte forma:

> [...] [A pergunta que temos de fazer é se] o surto emancipatório é benéfico à superação do quadro de carências quanto aos serviços e à consolidação do processo democrático, ou se serve apenas à concretização de interesses particulares de ordem político-eleitoral, onerando os cofres públicos com a duplicação de estruturas administrativas. (Instituto Paranaense..., 1997, p. 54).

Diante desse panorama geral, a explicação da evasão populacional que persiste nessas regiões (oeste e serrana) não se prende a uma simples questão individual. Como se pode notar, esse grande fluxo de pessoas é produto de um estado heterogêneo, onde municípios dinâmicos e fortemente industrializados convivem com localidades estagnadas ou economicamente decadentes, que se apresentam, historicamente, como locais de expulsão da população.

Regiões que apresentam fatores de atração

Diferentemente das primeiras regiões tratadas – onde se constituem os fluxos migratórios, determinados pelos fatores internos de expulsão –, a região norte do estado se configura como receptora histórica de população, apresentando em seu território os fatores de atração que direcionam esse fluxo. Isso ocorre não apenas internamente, mas também em relação a outros estados, pois a região apresenta uma forte dinâmica industrial, com setores capazes de oferecer, ao menos em potencial, um grande volume de postos de trabalho.

Das quatro SDRs que compõem a região, duas têm saldo migratório positivo e outras duas, saldo negativo, conforme a tabela 7.

Tabela 7 - Saldos Migratórios e Taxas Líquidas de Migração das SDRs da região norte (2007)

Norte	População 2007	SM	TLM (%)
SDR Canoinhas	126.403	-6.317	-5,00
SDR Jaraguá do Sul	199.216	19.080	9,58
SDR Joinville	599.148	26.461	4,42
SDR Mafra	222.111	-5.820	-2,62
Total	1.146.878	33.404	2,91

Fonte: Censo demográfico e Estatísticas do Registro Civil (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

As duas SDRs que apresentam saldo migratório positivo participam com grande peso na produção de bens e serviços, sendo consideradas como as mais industrializadas do estado. As SDRs de Joinville e de Jaraguá do Sul formam aglomerado urbano que, em uma superfície contínua, engloba vários municípios receptores de população.

No entanto, as SDRs de Mafra e Canoinhas tiveram saldo migratório negativo. No caso de Canoinhas, há um processo de esvaziamento evidente, pois todos os municípios apresentaram saldo negativo. A principal atividade dessa SDR está ligada aos gêneros de papel e madeira, por isso, o esgotamento das reservas florestais fez com que o setor entrasse em decadência. Os principais prejudicados foram os médios e pequenos produtores, aos quais provavelmente se vincula grande parte da população migrante.

Já a SDR de Mafra apresenta apenas dois municípios com saldo migratório positivo: São Bento do Sul e Rio Negrinho. Esses municípios são os principais responsáveis pelo dinamismo da indústria moveleira regional, atividade articulada, em grande parte, à economia paranaense. Cabe ressaltar que na região norte houve um acentuado saldo positivo nos municípios com balneários ligados à atividade turística, como Balneário Barra do Sul, Itapoá e Barra Velha, além de São Francisco do Sul com as atividades portuárias. Isso confirma, ao menos em parte, a tese do "processo de litoralização do estado".

A região da Grande Florianópolis, como se identificou, apresenta um forte processo de concentração populacional, com características de metropolização. É a segunda maior receptora de população do estado, mas a que apresenta a menor extensão territorial. Isso confirma também um forte adensamento demográfico, especialmente na capital administrativa, que apresenta claros limites naturais à ocupação do espaço[11]. A situação da SDR da Grande Florianópolis é mostrada na tabela 8.

11 Mesmo sendo uma ilha em sua maior parte e apresentando áreas que ecologicamente deveriam ser preservadas, o município de Florianópolis e região têm sofrido, devido à especulação imobiliária, fortes impactos sobre a sustentabilidade. A construção

É perceptível a concentração dos saldos migratórios positivos nos municípios da região que seguem uma faixa contígua a partir da capital, Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu e Santo Amaro da Imperatriz. Eles representam quase 46% do saldo migratório total, um crescimento ligado igualmente ao processo de litoralização da população, anteriormente mencionado. Esses municípios constituem a área periférica da capital do estado, sendo as migrações pendulares um interessante tema de pesquisas futuras, tendo em vista que muitas pessoas que exercem atividades na capital residem nesses municípios.

Tabela 8 – Saldos Migratórios e Taxas Líquidas de Migração das SDRs da região da Grande Florianópolis (2007)

SDR Grande Florianópolis	População 2007	SM	TLM (%)
Águas Mornas	4.410	-1.197	-27,14
Angelina	5.322	-660	-12,40
Antápolis	3.175	-231	-7,28
Antônio Carlos	7.087	273	3,85
Biguaçu	53.444	2.075	3,88
Florianópolis	396.723	31.565	7,96
Governador Celso Ramos	12.175	58	0,48
Palhoça	122.471	12.269	10,02
Rancho Queimado	2.772	19	0,69
Santo Amaro da Imperatriz	17.602	1.057	6,00
São Bonifácio	3.178	-109	-3,43
São José	196.887	10.803	5,49
São Pedro de Alcântara	4.765	1.118	23,46
Total	830.011	57.040	6,87

Fonte: Censo demográfico e Estatísticas do Registro Civil (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

em morros, encostas e mangues, por exemplo, parece prevalecer em detrimento da preservação.

Esse aspecto condiz com as características gerais de formação da rede urbana brasileira, que alia, historicamente, concentração espacial da população e periferização no entorno dos grandes centros urbanos. A especulação fundiária e a própria ação do Estado tendem a fazer com que áreas cada vez mais distantes sejam ocupadas, geralmente sem oferta de infraestrutura e de serviços públicos capazes de atender dignamente a população dessas localidades. Nesse contexto, a região da Grande Florianópolis apresenta um papel importante na absorção dos fluxos migratórios, que provavelmente têm origem nas regiões de maior nível de expulsão da população, com a serrana e a oeste.

Entre as regiões receptoras de população, encontra-se, ainda, o vale do Itajaí, que foi a que mais atraiu migrantes no período analisado. Incidindo em estrutura produtiva diversificada e com grande participação no PIB estadual, o crescimento econômico das últimas décadas consolidou essa área como uma das mais dinâmicas de Santa Catarina. Os principais polos de atração estão próximos à aglomeração urbana de Blumenau, mas alcançam até as proximidades de Joinville, constituindo-se em importante eixo receptor de população. É importante lembrar que, juntas, essas regiões (vale do Itajaí e norte) são responsáveis por 72,30% do saldo migratório positivo do estado.

A tabela 9 mostra as SDRs do vale do Itajaí, seus saldos migratórios e as taxas líquidas de migração. As áreas em que os saldos migratórios são negativos não têm grande significado em relação ao total da população que se destina à região. Isso indica uma capacidade de retenção de seus próprios fluxos negativos, oriundos, em sua maioria, dos locais onde há menores graus de urbanização, como é o caso da SDR de Taió, com 44%, e da SDR de Ituporanga, com 37%.

Tabela 9 – Saldos Migratórios e Taxas Líquidas de Migração das SDRs da região do vale do Itajaí (2007)

Vale do Itajaí	População 2007	SM	TLM (%)
SDR Blumenau	391.199	20.580	5,26
SDR Brusque	188.940	25.307	13,39
SDR Ibirama	69.351	896	1,29
SDR Itajaí	457.670	52.406	11,45
SDR Ituporanga	62.931	-3.699	-5,88
SDR Rio do Sul	92.463	3.300	3,57
SDR Taió	55.604	-2.077	-3,74
SDR Timbó	121.352	6.827	5,63
Total	1.439.510	103.540	7,19

Fonte: Censo demográfico e Estatísticas do Registro Civil (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Na SDR de Itajaí, localizam-se alguns dos principais municípios responsáveis pela dinâmica de litoralização do estado. Sem dúvida, o município de Balneário Camboriú é o mais representativo, já que é o 12º maior do estado, com uma taxa líquida de migração de 14,72%. Ao seu lado, estão Camboriú, Itapema, Porto Belo e Bombinhas, ao sul, que também tiveram um considerável acréscimo populacional de origem migratória. Esses são municípios de maiores taxas de urbanização no estado, com uma média de 96%.

Finalmente, na região sul, observa-se não ter havido saldo migratório negativo no período, conforme informado na tabela 10, não obstante o declínio da sua participação relativa no conjunto da população estadual – o que, de toda maneira, ocorreu de forma menos intensa do que nas regiões oeste e serrana. Assim, percebe-se que, das cinco SDRs existentes na região, apenas as de Araranguá e de Laguna apresentaram saldo migratório negativo. No primeiro caso,

somente os municípios balneários tiveram saldo positivo (Balneário Arroio do Silva, com 1.943 migrantes, e Balneário Gaivotas, com 1.707), enquanto o município sede (Araranguá) perdeu população.

Tabela 10 – Saldos Migratórios e Taxas Líquidas de Migração das SDRs da Região Sul (2007)

Sul	População 2007	SM	TLM (%)
SDR Araranguá	168.498	-3.233	-1,92
SDR Braço do Norte	61.032	1.133	1,86
SDR Criciúma	371.972	2.801	0,75
SDR Laguna	121.314	-564	-0,46
SDR Tubarão	160.527	397	0,25
Total	883.343	534	0,06

Fonte: Censo demográfico e Estatísticas do Registro Civil (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A SDR de Criciúma apresenta o maior nível de centralidade na região sul, configurando-se como um polo de atração sub-regional. O município de Criciúma detém o maior incremento populacional absoluto, enquanto Forquilhinha apresenta o maior aumento relativo expresso pela taxa líquida de migração; em 2007, 6,12% de sua população era oriunda das migrações.

Outro aspecto importante é a formação de um aglomerado urbano ao redor de Criciúma, o que guarda forte relação, sem dúvida, com uma diversificação econômica em que despontam as indústrias cerâmica, vestuarista e de plásticos descartáveis. Isso mostra que, além de Criciúma, também os municípios vizinhos foram responsáveis pelo saldo migratório positivo da SDR, principalmente Forquilhinha e Içara.

Considerações finais

Santa Catarina apresenta grandes desigualdades de desenvolvimento, que se vinculam tanto à sua formação histórica quanto à sua dinâmica socioeconômica atual. Com efeito, o processo de industrialização e urbanização concentrou em certas regiões do estado a maior parte dos recursos e da oferta de serviços, públicos ou privados. As regiões responsáveis pelo maior dinamismo socioeconômico de Santa Catarina são o vale do Itajaí, o norte e a Grande Florianópolis, cujas situações contrastam com as das regiões oeste e serrana, particularmente com a da segunda, onde as dificuldades têm se revelado consideráveis.

As duas regiões que perdem população (oeste e serrana) apresentam fatores de expulsão específicos. No oeste, o principal fator diz respeito aos impasses enfrentados pela pequena propriedade agropecuária. Somam-se aos aspectos econômicos, como a restrição do acesso ao crédito ou a diminuição da rentabilidade dos produtos agrícolas, as novas relações de produção, enfeixadas na integração entre pequeno produtor e agroindústria. Todavia, ao contrário do que ocorre na região serrana, o oeste apresenta um polo regional de atração de população – o município de Chapecó –, que pode ser considerado uma espécie de amortecedor da migração direta ao litoral.

A região serrana exibe como particularidade estrutural relevante a concentração fundiária, já que as principais atividades econômicas da região – a pecuária extensiva e a atividade papeleira – se apresentam baseadas nesse tipo de propriedade. Essas características impõem à população a impossibilidade de permanência na terra, uma situação agravada pela incapacidade dos centros urbanos

regionais para reter a população. Como já observado, um aspecto expressivo desse problema é o fato de que o município de Lages apresenta saldo migratório negativo, mesmo sendo o município mais importante da região.

Dessa maneira, conforma-se, em Santa Catarina, uma clara geografia do movimento migratório que interliga parte do interior, na condição de espaço de origem, e o litoral, principalmente a sua metade norte, onde se percebe uma forte concentração populacional. Essa imagem é confirmada pelos dados apresentados neste estudo: a caudalosa saída de população das regiões expulsoras culmina em processos de formação ou intensificação de aglomerados urbanos – como os de Joinville, Blumenau e Criciúma – e também de constituição de uma área efetivamente metropolitana, na região da Grande Florianópolis, figurando a capital do estado como epicentro.

De uma maneira geral, pode-se dizer que as regiões que receberam o maior volume de migrantes são justamente as que apresentaram um maior crescimento econômico e um maior nível de urbanização e que registraram aumento da oferta de postos de trabalho. Todavia, essa persistente dinâmica de concentração econômica e populacional é responsável pela conservação e ampliação das desigualdades estaduais e também pela crescente periferização nessas regiões, um quadro em sintonia com o perfil da urbanização do País, considerada por Faria (1991) como contraditória, diferenciada e segmentada[12].

12 Segundo esse autor, o perfil da urbanização brasileira agravou problemas como a desigualdade de renda, o trabalho informal, a precária oferta de bens

É importante ressaltar que as regiões concentradoras não são capazes de absorver adequadamente, em vários aspectos[13], a totalidade da população migrante. Daí que tais regiões passem a apresentar contingentes marginalizados, com pouco acesso aos benefícios que se poderia esperar da condição de habitantes de centros que magnetizam fluxos populacionais. Isso é ilustrado, inclusive, pelas consequências dessa imigração no espaço urbano: ocupação desordenada nos arredores das cidades e até das áreas de preservação, segregação socioespacial, aumento da pobreza urbana, precárias condições de habitação e de saneamento, multiplicação das áreas de favelização.

Assim, desenham-se, em Santa Catarina, duas tendências: o esvaziamento das áreas rurais e a concentração da população nas áreas litorâneas do estado. Considerando-se os dados apresentados, pode-se afirmar que esse processo não se esgotará nos próximos anos. O processo de metropolização e a ampliação dos aglomerados urbanos tende a abarcar áreas cada vez maiores, já que o crescimento dos municípios periféricos ao redor dos polos de atração se mantém persistente.

Nas regiões expulsoras, o esvaziamento populacional tende a continuar. O arrefecimento desse processo exigiria alternativas

coletivos – como o acesso aos serviços básicos de transporte, educação e saúde –, a concentração do poder político. Essa urbanização, portanto, foi marcada por uma forte assimetria na distribuição da população e das atividades econômicas no espaço (Faria, 1991).

13 Esses aspectos estão relacionados à inserção do migrante no mercado de trabalho, à sua instalação em condições domiciliares adequadas, ao usufruto de serviços públicos e privados, entre outros aspectos.

socioeconômicas capazes de viabilizar a permanência da população em seus espaços de origem. Para o caso do oeste, parece clara a direção dessas medidas: seu objetivo não pode ser outro senão a manutenção das pequenas propriedades familiares, com melhoria das suas condições de funcionamento. Já o caso do planalto serrano é mais complexo, tendo em vista a característica da estrutura fundiária (grandes propriedades) e, ao mesmo tempo, as atividades econômicas industriais predominantes, que demandam pouca força de trabalho. Isso, combinado ao baixo dinamismo do setor de serviços, oferece escassas alternativas aos habitantes dessa região.

Portanto, o estudo das migrações internas em Santa Catarina é de grande relevância para a compreensão da dinâmica demográfica geral em curso no estado no período contemporâneo. Essa questão está intrinsecamente ligada à concentração espacial das atividades produtivas e, de uma forma ampla, aos pilares que balizam o sistema capitalista de produção, como se indicou na primeira parte deste estudo. O surgimento de novas espacialidades, como se observa no presente momento, afirma a complexidade do problema e há de representar estímulo a investigações futuras sobre o tema.

Portanto, no debate atual sobre demografia catarinense, é fundamental uma pauta de discussão que busque alternativas imediatas para mitigar os problemas socioeconômicos e ambientais trazidos, entre outros fatores, pelo processo de concentração, especialmente nas cidades polos regionais. De um modo geral, pensar em alternativas significa também refletir sobre a sustentabilidade de um sistema socioeconômico que se baseia na construção e na reconstrução das desigualdades no tempo e no espaço.

Referências

ALVES, A. P. **O movimento demográfico do oeste catarinense**: um estudo sobre os determinantes econômicos da migração. 2006. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

ARANGO, J. Las 'Leyes de las Migraciones' de E. G. Ravenstein, cien años después. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, n. 32, p. 7-26, 1985.

_____. La explicación teórica de las migraciones: luz y sombras. **Migración e desarrollo**, n. 3, out. 2003. Disponível em: <http://www.migracionydesarrollo.org/>. Acesso em: out. 2007.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1991.

FARIA, V. E. Cinqüenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 29, p. 98-119, mar. 1991.

HARRIS, J. H.; TODARO, M. P. Migração. Desemprego e desenvolvimento: análise em dois setores. In: MOURA, H. A. (Org.). **Migração interna**: textos selecionados. Tomo 1. Fortaleza: BNB, 1980. p. 173-209.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, diversos anos.

_____. **Contagem populacional**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Dinâmica demográfica recente da região Sul**: anos 70 e 80. Curitiba: Ipardes, 1997. 180 p.

IPARDES-UNICAMP/IE/NESUR. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**: redes urbanas regionais: Sul. Brasília: IPEA, 2000. v. 6. 260 p.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960. 210 p.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Lisboa: Herder, 1967.

SANTOS, M. **Economia espacial**: críticas e alternativas. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

_____. **O espaço dividido**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 1998.